

## **Expressões culturais das juventude(s) negras periféricas: o movimento Hip Hop**

---

**Marlene Almeida de Ataíde**

*Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Docente nos cursos de Graduação em Medicina e Pós-Graduação Lato Sensu em Psicologia Social e Residência Multiprofissional da Universidade Santo Amaro (UNISA-SP).*

ORCID <https://orcid.org/0000-0003-3368-1781>

DOI: 10.47573/aya.5379.2.94.8

## RESUMO

O presente estudo, de natureza bibliográfica e qualitativa se propõe a uma discussão sobre as expressões que envolvem a cultura periférica, cultura essa que atravessa principalmente, as juventudes negras, moradoras das periferias, locais que no imaginário de grande parte da sociedade considera como o “não lugar”, ou seja, o “lugar do outro, pois esse “não lugar” sempre esteve abandonado pelo poder público para implementação de fato, das políticas públicas sociais de direito, na perspectiva de abarcar os jovens que circulam nestes espaços. Importante ressaltar que nas periferias urbanas são abundantes as produções artísticas e culturais a exemplo do movimento que denunciam a realidade vivida, pois esses jovens pobres, moradores das periferias, além de serem considerados agentes sociais, produzem e reproduzem as culturas, do hip hop, do funk, produzem audiovisuais, grupos de teatro, de dança, entre outros. Os bairros periféricos do ponto de vista histórico sempre foram fecundos em expressões culturais, portanto, pensar em políticas públicas para as juventudes, perpassa por uma visão que seja ampliada e atenta às juventudes que vivem nas periferias, de tal forma que atendam às suas reais necessidades, e expectativas para o futuro, tendo em vista a elevada desigualdade social que abate nas suas vidas, bem como, fomentar o incentivo/motivação para a construção de projetos que os levem a se sentirem pertencentes, que haja paralelamente a politização da juventude na atualidade.

**Palavras-chave:** juventudes. juventudes negras. periferia. cultura. hip hop. cultura juvenil.

## ABSTRACT

This study, of a bibliographic and qualitative nature, proposes a discussion about the expressions that involve peripheral culture, a culture that mainly crosses black youth, residents of the peripheries, places that in the imaginary of much of society considers as the “not place”, that is, the “place of the other, because this “no place” has always been abandoned by the public authorities for the implementation of the social public policies of law, in the perspective of emanated the young people who circulate in these spaces. It is important to emphasize that in the urban peripheries artistic and cultural productions are abundant, such as the movement that denounces the reality lived, because these poor young people, residents of the peripheries, besides being considered social agents, produce and reproduce cultures, hip hop, funk, produce audiovisual, theater groups, dance, among others. The peripheral neighborhoods from the historical point of view have always been fruitful in cultural expressions, therefore, thinking about public policies for young people, permeates a vision that is expanded and attentive to the youths who live in the peripheries, in such a way that they meet their real needs, and expectations for the future, in view of the high social inequality that slaughters in their lives, as well as to encourage/motivate the construction of projects that lead them to feel belonging, which is parallel to the politicization of youth today.

**Keywords:** youths. black youths. periphery. culture. Hip Hop. youth culture.

## INTRODUÇÃO

### Contemporaneidade e olhares: definições sobre juventude(s)

Discutir sobre a categoria juventude(s) na contemporaneidade, significa trazer para o de-

bate a princípio, as idades da vida, pois suas bases são fundadas no desenvolvimento “bio-psíquico” dos indivíduos, porém, não são considerados acontecimentos meramente naturais, mas social e histórico, datado, por conseguinte, inseparáveis a partir da perspectiva dos costumes e os comportamentos, ou seja, naquilo que ela teve de intrinsecamente educativo, uma vez que os processos pelos quais ocorre a cristalização social das idades da vida são múltiplos e além de tudo se convergem (PERALVA, 1997). Desta forma, duas abordagens se tornam importantes para se definir a juventude e, nesta construção, nos deparamos com uma compreensão etária e uma construção social e histórica.

É preciso, não obstante, reconhecer que os fundamentos da sociologia da juventude estão originalmente ligados a uma representação da ordem social, e do lugar dos grupos etários e de suas responsabilidades respectivas na preservação dessa ordem, na sua observância, na ruptura com relação a ela, ou na sua transformação. Quer o passado imprima ao futuro o seu significado, quer o futuro se imponha ao passado como perspectiva de renovação. (PERALVA, 1997, p. 20).

Na atualidade as tendências que emergem no campo da cultura e da atuação juvenil necessitam ser compreendidas numa perspectiva macrosociológica e, concomitantemente, por intermédio daquilo que se considera experiências que são construídas individualmente no nosso cotidiano. (MELUCCI, 1997).

Outra questão que merece atenção diz respeito à sociedade em que vivemos, pois esta não se constrói de forma “monolítica”, mas atravessada pelo poder dominante que dita as regras culturais na vida dos sujeitos sociais. Por outro lado, esta mesma sociedade vai se construindo em meio a conflitos que persistem, mas que constantemente se agregam a outros significados culturais opostos. (MELUCCI, 1997).

Os conflitos se desenvolvem naquelas áreas do sistema mais diretamente expostas aos maiores investimentos simbólicos e informacionais, ao mesmo tempo sujeitas às maiores pressões por conformidade. Os atores nesses conflitos são aqueles grupos sociais mais diretamente expostos aos processos que indiquei; eles são cada vez mais temporários e sua ação serve de indicador, como se fosse uma mensagem enviada à sociedade, a respeito de seus problemas cruciais. (MELUCCI, 1997, p. 6).

Ainda de acordo com Melucci (1997) na sociedade onde tudo está construída por meio dos nossos investimentos culturais simbólicos, o tempo é uma das categorias básicas que, por intermédio do qual construímos nossa experiência. Assevera que hoje, o tempo se constitui numa questão-chave nos conflitos sociais e na mudança social. Portanto, a juventude encontra-se, vivendo biológica e culturalmente, em uma íntima relação com o tempo, e além disso, representa um ator crucial, pois serve como interprete e tradutor para o excedente da sociedade, não obstante os seus dilemas e conflitais básicos.

Por outro lado, de acordo com Dayrell e Carraro (s/d, s/p.) “[...] o conceito de *juventude* não pode ser encerrado em esquemas modulares tendentes à homogeneização. A pluralidade e circunstâncias que caracterizam a vida juvenil exigem que os estudos incorporem o sentido da diversidade e das múltiplas possibilidades do sentido de.”

O termo “juventude” refere-se ao período do ciclo da vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos e, durante o qual, se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e o gênero (UNESCO, 2004, p. 23).

Para Dayrell e Carrano (s/d) a construção da noção de juventude deve ser contemplada pela ótica da diversidade, pois que implica, considerá-la em primeiro lugar que não seja fechada

a critérios que apresentam rigorosidade, “mas sim como parte de um processo de crescimento numa perspectiva de totalidade, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social” ou seja, significa não compreender “a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado ao se entrar na vida adulta”. (DAYRELL e CARRANO, s/d, s/p.)

Desta forma, uma abordagem sobre a categoria juventudes não pode e não deve ser de maneira acelerada ou superficial, pois em geral, o entendimento de juventudes leva a biologia de demais ciências médicas a uma caracterização etária, que concebem apenas como uma fase de transição, ou uma passagem da idade infantil para a idade adulta, levando em consideração apenas as transformações do corpo biológico. Todavia, este processo de transformação ocorre num contexto social com diferentes significados, que são peculiares para este período da vida, e que se alterna de acordo com o contexto histórico, social, econômico e cultural.

De acordo com Pais (1990), a sociologia da juventude tem se deparado entre duas tendências acerca da compreensão da categoria juventude, ou seja, “Na primeira, a juventude é compreendida como um conjunto social mais uniforme e homogêneo, cuja principal característica é ser formado por indivíduos de uma mesma ‘fase da vida’, prevalecendo a busca de aspectos que caracterizam esta fase, ou seja, uma geração definida em termos etários. (PAIS, 1990, p. 140).

Outra tendência mostrada por Pais (1990, p. 140), é que a juventude é “tomada como um conjunto social diversificado, heterogêneo”. Por este motivo se apresentam mediante diferentes culturas juvenis manifestadas em virtude de “[...] diferentes pertencas de classe, diferentes situações econômicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc.” Nesta perspectiva as formas de ser, são bastante diversas, tendo em vista que os sujeitos que pertencem a esta fase da vida vivenciam situações diversificadas no contexto social, econômico e cultural, se diferenciando de acordo com a localidade em que vivem (se urbana ou rural), a classe social, a raça ou etnia, o gênero, o país. Desta forma, não se pode falar em juventude no singular, mas em juventudes, noção esta partilhada por vários autores que se debruçam na perspectiva de apresentar suas análises e definições em torno da categoria juventudes a exemplo de (SPOSITO, 1994; CARRANO, 2003, DAYRELL, 2002; 2005; NOVAES e VITAL, 2006 entre outros).

Por outro lado, Groppo (2000, p. 8), na sua compreensão sobre a juventude a tem como categoria social, ao mesmo tempo ela torna-se uma representação sociocultural e uma situação social, ao frisar que,

[...] a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos.

Todavia, não se pode contrapor que na concepção do termo juventude está posto um caráter que é universal haja vista as transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas. No entanto, é bastante diversificada a maneira como cada sociedade, em sua quadra histórica determinada e, no seu interior, cada grupo social vai reagir com esse momento para representá-lo. Desta forma, compreender a juventude como uma condição social e um tipo de representação envolve

aspectos singulares em certo sentido, mas diversificados em seus contextos e condições sociais (PERALVA, 1997, DAYRELL, 2002). Implica ainda, considerá-la numa perspectiva de diversidade, que se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, entre outros aspectos, como ressaltam Dayrell (2002) e Abramo (1994).

Assim, construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, como afirma Dayrell (2002, p. 158), “não considerá-la mais presa a critérios rígidos, mas como parte de um processo mais amplo, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos em seus contextos sociais. Ou ainda como afirma Pais (2003, p. 37) “A juventude é uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas; uma categoria sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo”. Nesta perspectiva, “[...] a juventude é considerada na sua diversidade, as vertentes de acesso à vida adulta mostram-se bastante flutuantes, flexíveis e elas próprias diversificadas”. (PAIS, 1990, p. 150).

## Periferia: o não lugar, o lugar do outro

*“Esse lugar é um pesadelo periférico  
Fica no pico numérico de população  
[...] O sistema manipula sem ninguém saber  
A lavagem cerebral te fez esquecer [...] Aqui a visão já não é tão bela...  
Não existe outro lugar...  
Periferia... Gente pobre...  
Aqui a visão já não é tão bela...  
Não existe outro lugar...  
Periferia é periferia...” (Racionais Mc’s)*

Os excertos extraídos da letra da música denominada “Periferia é periferia” denuncia o paradoxo do lugar reservado para a população jovem e pobre. Do ponto de vista do termo a periferia urbana pode ser considerada aquela(s) área(s) que se localizam nas adjacências dos espaços que pertencem ao centro, ou as áreas centrais das cidades, sejam elas de grande, médio ou pequeno porte.

Seu desenvolvimento quase anárquico se vem processando num emaranhado de loteamentos parcelados, onde os únicos alinhamentos que se destacam são, além das linhas férreas e das modernas rodovias, as velhas estradas rurais. Estas, muitas vezes, haviam norteado o povoamento original e refletem em seu traçado, injunções do sítio (BARNARDES, 1990, *apud* GERMANO e BARATA, 2017, p. 11).

De acordo Ivo (2010, p. 9) *A periferia* pode ser entendida como *o lugar* a partir do qual se pode interrogar a questão social no espaço urbano”. Ou seja, “*O lugar* que expressa, de forma agudizada, a crise urbana e o processo recente de precarização social e das desigualdades sociais nessas cidades”. (*Grifos da autora*). Concomitante, frisa ainda, que a periferia pode ser considerada “[...] *um lugar* de vivência contraditória espaço ocupado por amplos segmentos populares adensados pela expansão imobiliária e pelo disciplinamento do espaço urbano promovido poder público”.

Para Ivo (2010) viver a condição de “periférico”, não pode ser considerado como algo natural, pois que, retrata uma visão do “outro”, ou seja, dos atores hegemônicos sobre o espaço

construído e normatizado das cidades. Inclui, portanto, tensões e conflitos que são peculiares às perspectivas e usos desiguais que são conferidos às cidades. “[...] Portanto, o periférico não se constitui num espaço apartado, mas num lugar de resistência e também de inovação das condições de moradia e reprodução da vida de seus moradores, na vivência da adversidade, do medo e da violência”. (IVO, 2010, p. 9).

A relação entre “questão urbana e questão social” de acordo com Ivo (2010) tem sido discutida historicamente por diferentes autores, entre estes Castel (2000), Yamamoto (2001), Netto (2001), Pastorini (2004), Yazbek (2001) e que tem uma relação implícita entre capital e trabalho que constituem o eixo da questão social, ou seja, “[...] o que especifica essa relação são as implicações que a questão social – do trabalho e da reprodução social, das desigualdades sociais e da pobreza, da participação cidadã e cívica – têm sobre o território. (IVO, 2010, p. 10).

Por outro lado, o segmento pauperizado se encontra em toda a parte nas grandes, médias e pequenas cidades. São pessoas que habitam nos cortiços e casas de cômodos, e se apropriam das zonas deterioradas da cidade. Sobrevivem como enclaves nos intervalos que circundam os bairros mais ricos. No entanto, há um lugar onde se centraliza, “[...] um espaço que lhe é próprio e onde se constitui a expressão mais clara de seu modo de vida. É a chamada periferia. A “periferia” é formada pelos bairros mais distantes, mais pobres, menos servidos por transporte e serviços públicos. (DURHAM, s/d, s/p.). A referida autora ressalta ainda que o fenômeno de formação das periferias urbanas não é novo e nem sequer especificamente brasileiro. Menciona a exemplo a cidade de São Paulo, diante da vigorosa expansão urbana que data do século passado e é contemporânea à imigração estrangeira, pois a cidade crescia desordenadamente há já um século. “Entretanto, a partir da década de 50, o crescimento urbano não só aumenta de intensidade mas adquire características específicas que distinguem as novas periferias das antigas fímbrias urbanas”. (DURHAM, s/d, s/p.).

Uma cidade se desassemelha em seus diferentes lugares, principalmente quando se confrontam ambientes populares e aqueles que são ocupados pela classe média que possuem poder aquisitivo elevado, com um padrão de urbanização adequado, ou seja, daquilo que se denomina de “[...] “bairros nobres” que contrapõe ‘aos populares’, que também podem ser vistos como periféricos”. (ESPINHEIRA, 2008, p. 15). (*Grifo da autora*).

Ainda de acordo com Espinheira (2008, p. 55) “[...] Nos últimos anos, que podem ser os do novo século, a noção de periferia se difundiu popularizando-se para enquadrar as pessoas marginalizadas da vida social dominante, cuja característica principal é o acesso a bens e serviços disponíveis e desejados na sociedade”.

Considera-se, por oportuno ressaltar que, embora as periferias paulistanas não sejam tão homogêneas como se pensa, bem como não abrigam somente a população das camadas desfavorecidas da sociedade ou que concentram a maior parte daqueles que são negros. Pelo contrário, nas periferias da cidade ocorre de acordo com Vêras (2003), *apud* Tella (2008) o fenômeno da auto-segregação, onde são encontrados bolsões de riqueza e de segurança, como bairros de alto padrão exclusivo para residências e condomínios fechados de casas e apartamentos com serviços exclusivos aos condôminos. No entanto, o processo de periferização das camadas mais pobres e da população negra foi tão intensa que a expressão “periferia” se tornou sinônimo de criminalidade, miséria, pobreza, irregularidades, indisciplina pública, como também de locais da cidade pouco assistidos pelo poder público.

O padrão de urbanização das cidades brasileiras, separou territorialmente as populações a partir da capacidade aquisitiva, ou seja, os pobres são empurrados para as periferias, enquanto que aqueles que possuem um poder aquisitivo elevado residem em condomínios fechados, e, mesmo morando nos referidos condomínios de alto luxo a exemplo do bairro do Morumbi em São Paulo – há uma muralha, uma espécie de fronteira que separa os moradores que residem na populosa comunidade denominada de Paraisópolis.

Tem-se por outro lado que nas décadas de 1960 a 1980, ocorreu um forte processo migratório, que conseqüentemente enfraqueceu a economia e tal fenômeno gerou que uma enorme concentração demográfica para buscarem nas cidades metropolitanas a exemplo de São Paulo os mecanismos de sobrevivência quando então a cidade ficou conhecida como a “prometida”, pelo grande potencial no mercado de trabalho que exercia naquelas décadas.

No entanto, pelo fato de não haver nas cidades mecanismos de um planejamento adequado, esse não planejamento resultou na ocupação do solo, elevando à expansão urbana sem acompanhamento das normas municipais, e isso gerou um modelo clandestino de autopromoção da habitação de acordo com o modelo popular do saber fazer e das possibilidades técnicas das construções.

Nesta perspectiva, bairros inteiros foram e continuam sendo erguidos com casas de alvenaria, verticalizando-se em dois, três e até mesmo cinco pavimentos<sup>1</sup>. Outras formas de moradia que são encontradas pelos segmentos que residem nas periferias estão encravadas em encostas, ou em áreas de mananciais o que produz uma urbanização de alta densidade, onde são construídas casas sobre casas, ruas estreitas e ladeiras íngremes, grotões e encostas ocupados. Desta forma, e como resultado imediato para o olhar do outro a sensação é de amontoado e de desordem, além da ausência de organização, cujo solo vai sendo ocupado aleatoriamente, formando estruturas sem arruamentos definidos, inclusive, incapazes para receber os equipamentos urbanos, a exemplo dos caminhões da limpeza pública. Assim, esses ambientes pauperizados são povoados por pessoas de baixo poder aquisitivo, que em outras palavras traduzem a baixa renda desses moradores em transformar o ambiente, provocando a atenção gestão pública para a ampliação dos serviços urbanos. (ESPINHEIRA, 2008).

Quase sempre que se fala de ‘periferia’ parece estar presente a identificação de um tipo específico de espaço urbano a uma forma de comportamento coletivo de seus moradores. Além de indicar distância, essa referência aponta para aquilo que é precário, carente, desprivilegiado em termos de infraestrutura urbana e serviços públicos. A periferia também pode ser vista em certas circunstâncias como lugar sinistro e de delinquentes, possuindo, inclusive, uma densa concentração de propriedades negativas ou estigmatizantes. (SANTOS, 2008, p. 142-143).

Os estigmas são considerados construções sociais, que provocam atitudes repletas de pré-conceitos daquelas pessoas que se julgam pertencentes a um grupo superior sobre o outro, que o considera membro de outro grupo.

Nos seus estudos Torres (2005) assevera que embora a periferia seja definida de forma precisa do ponto de vista teórico na literatura em que se insere há uma delimitação em termos empíricos que não é tão trivial assim, pois alguns autores que se dedicam aos estudos urbanos brasileiro definem a periferia como um lócus onde as rendas diferenciais tendem a zero. A periferia na visão de Torres (2005) a partir dos estudos de outros autores que se dedicam a esse tema

<sup>1</sup> As Comunidades de Paraisópolis na zona Sul de São Paulo e a Comunidade de Heliópolis também na Zona Sul, podem ser consideradas exemplo desse tipo de construção.

consideram o espaço onde se registram as inúmeras extorsões que são produzidas pelo capitalismo periférico ou de maneira mais concreta, o local onde se associam loteamentos irregulares, população operária, auto construção e a ausência do estado.

Na visão de Torres (2005) do ponto de vista do plano da estrutura urbana as transformações que ocorreram ao longo dos tempos não se manifestaram na mesma intensidade. Desta forma o autor vai definir a região periférica como uma fronteira urbana por considerar que a mesma,

[...] continua a receber migrantes. Continua crescendo a taxas aceleradas; continua apresentando uma estrutura urbana precária; continua sendo o lugar de conflitos ambientais, com ocupação de áreas florestais e de mananciais, e continua a ser uma 'válvula de escape', o lugar de concentração, daqueles que não tem lugar. (TORRES, 2005, p. 102).

Nas análises de Marques (2005) a periferia pode se constituir como locais que são homogêneos e acumulam problemas de forma quase completa, que sobrepõe as características negativas da ação do Estado e do ambiente urbano, além das características do mercado de trabalho que advém de certo padrão de acumulação ou desenvolvimento econômico.

Para diferenciar os espaços periféricos com características tão distintas dentre estas diferenças conceituais uma delas diz respeito à segregação que segundo Marques (2005, p. 31) “[...] Por segregação se nomeavam os heterogêneos processos que produziam e reproduziam a separação e concentração de grupos sociais, assim como produziam e reproduziam desigualdades sociais”. No caso de São Paulo “Em período recente, os processos de auto segregação tem criado cidadelas ou enclaves fortificados inseridos no tecido urbano”. Isso não vem ocorrendo apenas na cidade de São Paulo, mas em várias cidades do mundo. (MARQUES, 2005, p. 32).

Nesta direção “[...] a segregação em termos socioespaciais envolve ao menos três processos distintos. Assim, se considerarmos na sua versão mais completa e extrema tem como consequência uma apartação ou o isolamento. Se for pensada nesta perspectiva pode-se associar ao ideário do gueto dependendo de os processos de segregação serem impostos por terceiros ou grupos sociais que são isolados, e neste caso há barreiras físicas a serem enfrentadas para sair do gueto. O tema gueto na produção “da literatura brasileira não se encontra uma posição única sobre o problema, sendo a expressão utilizada tanto para designar separação quanto desigualdade de acesso”. (MARQUES, 2005, p. 34).

Num espaço urbano marcado pela escassez de amenidades ou grupos sociais de menor renda, se dirigem de forma maciça para os espaços destituídos de serviços ou de serviços da pior forma, pois estes são os de menor renda da terra, o que leva a uma elevação da concentração e da homogeneidade social. Desta forma, não é apenas a separação e a desigualdade, mas também e ao mesmo tempo a desigualdade de acesso que especifica e reproduz a separação. Embora separação e desigualdade sejam, tratadas como processos distintos, pode-se considerar de forma combinada, pois aquele que reside nas áreas nobres das grandes metrópoles a periferia vai ser sempre considerada o lugar do outro, pois dentro das periferias são encontradas significativas diversidades em que os mais diferentes grupos estão sujeitados às várias condições de vida que em muito se diferem, por exemplo, na questão relativa aos índices de violências e do genocídio que abate sobremaneira a vida de jovens periféricos.

Por outro lado, há na periferia, uma abundante concentração de aspectos negativos, que transmitem a realidade de determinadas situações críticas que permeiam as condições sociais



precárias e que produz e reproduz a invisibilidade dos mais pobres entre os pobres. Todavia, nesta mesma periferia encontramos movimentos de jovens que lutam por uma visibilidade, que denunciam as mazelas destes espaços e conclamam pelas melhorias por intermédio arte e da cultura expressadas pela música, dança linguagem, moda, artes etc., tão disseminadas atualmente nas comunidades de onde estes jovens periféricos são oriundos.

As periferias urbanas constituem-se assim, em lugar físico e social onde se acham cristalizados os problemas de exclusão, de violência e de sofrimentos sociais, engendrados pelo processo exacerbado de uma certa racionalidade capitalista, com um modo de funcionamento paradoxal, isto é, a riqueza só é gerada na medida em que se produz e consome, ao mesmo tempo a miséria e a exclusão maciça de pessoas do mercado de trabalho não gera consumo.

Na perspectiva dos jovens que habitam nestes lugares, e para reforçar a análise, acima mencionada, e diante das notícias veiculadas nos meios midiáticos que trazem a situação em que vivem esses jovens, e, considerando o paradoxo entre aqueles que consomem, diante daqueles que vivenciam maciço processo de pobreza e exclusão social, Castel (2000, p. 20-21), coloca que:

[...] O jovem inativo lança sua vida ao vento. Um é espreitado pela depressão e talvez pelo suicídio, o outro pela delinquência, a toxicomania e talvez a AIDS. Eles não têm nem a mesma trajetória, nem a mesma vivência, nem a mesma relação com o mundo, nem o mesmo futuro. Sem dúvida, podemos chamá-los de excluídos, mas o que ganhamos em compreensão?

Para Martins (2002, p. 45-46 “Basicamente, exclusão é uma concepção que nega a História, que nega a práxis e que nega à vítima a possibilidade de construir historicamente seu próprio destino, a partir de sua própria vivência e não a partir da vivência privilegiada de outrem. Prossegue na sua análise asseverando que “A ideia de exclusão pressupõe uma sociedade acabada, cujo acabamento não é por inteiro acessível a todos. Os que sofrem essa privação seriam os ‘excluídos’. Para esses jovens lhes faltam muitas vezes o acesso ao conhecimento, à educação, à informação. Exclusão nas instâncias decisórias, na construção da sociedade. Exclusão na consideração social, na condição de dignidade humana.

Portanto, o que define a situação da maioria dos jovens das periferias pobres é a ausência de possibilidades de reconhecimento social, visto que o acesso à condição de sujeito social já lhes é negado, mesmo antes de iniciar a sua socialização básica, definida por Berger; Luckmann (1999), como a socialização primária, sendo a primeira que o indivíduo experimenta na infância, para introduzi-lo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade.

Na discussão sobre a questão da exclusão, é importante acrescentar os autores como Elias e Scotson (2000) que na obra intitulada “Os estabelecidos e os *outsiders*”, realizaram um estudo focado em uma pequena comunidade de Winston Parva, próxima de Leicester, Inglaterra, tratando das relações de poder. O referido estudo foi realizado no final dos anos 50 e início dos 60 pelo professor John L. Scotson, interessado em tratar do problema da delinquência juvenil naquela localidade, passando a ter outras perspectivas com Norbert Elias.

Assim, de um problema geral associado a altos índices de delinquência juvenil, os pesquisadores foram conduzidos a refletir sobre questões que dizem respeito à própria sociedade. No centro de suas discussões estavam as relações de poder e de status no interior de uma comunidade.

Segundo aos autores (2000, p. 20), na pequena Winston Parva, (nome fictício), criou-se uma determinada figuração marcada pela existência de um grupo de moradores antigos da ‘aldeia’ que se colocavam como pessoas de mais elevado valor humano que o dos moradores do “loteamento”, construído em época mais recente e, por isso, estigmatizados pelos primeiros. Os estabelecidos contra os *outsiders*<sup>2</sup>. Da figuração estabelecidos-*outsiders*, Elias identifica uma constante universal: “[...] o grupo estabelecido atribuía aos seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo de contato social não profissional com seus próprios; e o tabu em torno desses contatos era mantido através de meios de controle social como a fofoca elogiosa no caso dos que o observavam, e a ameaça de fofocas depreciativas contra os suspeitos de transgressão”.

Desta forma, estigma, evitações e o ‘medo do contágio’ reforçam o tabu imputado aos *outsiders*, que não dispõem de nenhuma possibilidade de revidar, ao grupo estabelecido, os mesmos termos depreciativos que recebiam como ‘desordeiros das leis e normas’ e ‘sujos’.

Para os referidos autores (2000, p. 141-2-3-4),

Muitos desses jovens mais rebeldes, inclusive os que não eram presos, multados, mandados para a cadeia e chamados de delinquentes, pareciam esbarrar nos muros das prisão invisível em que viviam, gastando suas energias na tarefa de chatear e provocar todos aqueles que lhes davam uma vaga sensação de serem seus carcereiros, numa tentativa de escapar ou de provar a si mesmos que a repressão era real. [...] Também na aldeia os jovens pareciam sofrer bastante com a extrema escassez de lazer. Como outras pessoas de sua idade, eles se viam às voltas com perguntas como ‘quem sou eu’ e qual é meu valor, qual é a minha posição como pessoa? [...] Quando eles tentavam soltar-se e desenvolver uma identidade pessoal, distinta da identidade familiar, sua autoestima e seu orgulho eram particularmente vulneráveis e instáveis, porque eles sempre tinham sido e continuavam a ser os *outsiders* rejeitados. [...] Inseguros de si e acostumados a ser tratados com muito desprezo e desconfiança pelos representantes do mundo ordeiro que eram excluído, eles procuravam encontrar ajuda e poio nos laços de amizade temporários que estabeleciam entre si.

As análises realizadas pelos autores em questão nos impressionam na medida em que observa-se as mesmas semelhanças em relação à forma de pensar, agir e sentir entre os jovens de uma pequena cidade da Inglaterra e os nossos jovens brasileiros procedentes de famílias pobres, procedentes das áreas periféricas que de igual forma são excluídos, estigmatizados e negligenciados pela sociedade, pois as políticas públicas sociais que deveriam proporcionar as condições para uma mudança nas suas vidas atuam quase sempre de costas para esse segmento populacional.

Discriminações, preconceitos e estigmas que estão associados à cor da pele e ao local de moradia evidencia que referidas construções sociais se propõem tão somente em desqualificar e inferiorizar pessoas e grupos dominados. As menções estigmatizadas são frutos de relação conflituosa de poderes instáveis entre os que residem em áreas degradadas e periféricas e os grupos dominantes.

## Juventude negra periférica: a criminalização da cor

*“Ninguém nasce odiando o outro pela cor da sua pele, ou por sua origem, ou religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração do humano do que o seu oposto. A*

<sup>2</sup> *Outsiders*: um identificado como na periferia de normas sociais, ou como um observador que perscruta na identidade do grupo, isto é, tendo a independência no caráter e no pensamento. Disponível em: <http://www.outsiders.org.uk/> Acesso em: 10/mai./2019.

*bondade humana é uma chama que pode ser oculta, jamais extinta” (Nelson Mandela)*

*“No Brasil, a violência, a criminalização e a pobreza “continuam a ter uma cor”, afetando de forma desproporcional a população negra do país”. (ONU, 2016)*

*“É hora de acabar com o racismo.*

*Da nossa realidade.*

*Da nossa rotina.*

*Da nossa vida. (...)*

*A diversidade enriquece os lugares” (Rapper Emicida)*

Refletir sobre as juventudes negras periféricas no Brasil, requer a retomada de uma breve contextualização da colonização portuguesa, tendo em vista que a discriminação sobre a população negra no nosso país ainda se reproduz nessa população nos dias atuais onde permanece um caldo cultural que remete ao período escravocrata.

No Brasil colônia, a criminalização do negro, mesmo após a abolição da escravatura nos leva a questionar se de fato, ocorreram políticas para integração, ou ainda, se os negros foram realmente integrados entre a “casa grande” e a “senzala,” pois nos dias atuais ainda prevalece certa separação ou discriminação entre brancos e negros principalmente se compararmos as áreas periféricas e as favelas com as senzalas, observa-se que a situação anterior sofreu mudanças incipientes desde a colônia portuguesa até o presente momento, ensejando que se reproduza um estado de direito desigual entre a “casa grande” e a “senzala” consentindo desta forma uma criminalização dos negros e periféricos na sociedade brasileira.

No Brasil colônia “O negro escravo vivia como se fosse um animal. Não tinha nenhum direito, podia ser vendido, castigado, trocado, mutilado ou mesmo morto sem que ninguém ou nenhuma instituição pudesse intervir em seu favor.” (MOURA, 1992, p. 15-16)

Desta forma eram tratados como uma propriedade privada como qualquer outro semovente, ou seja, animais como o porco ou o cavalo, etc., uma vez que não eram tratados enquanto vidas humanas pessoas dignas de respeito e direitos. (MOURA, 1992).

O justicamento de escravos era na maioria das vezes feito na própria fazenda pelo seu senhor, havendo casos de negros enterrados vivos, jogados em caldeirões de água ou azeite fervendo, castrados, deformados além de castigos corriqueiros, como os aplicados com a palmatória, o açoite, o vira-mundo, os anjinhos. (MOURA, 1992, p. 18)

Foi diante de tantas atrocidades que eram acometidas aos escravos que surge o movimento quilombola enquanto representante de um movimento de resistência que constituiu uma fronteira social cultural e militar em oposição aquele sistema opressor e se estabeleceu numa unidade permanente, mais ou menos estável na proporção em que as forças agiam menos ou mais ativamente contra ele.

Portanto, a criminalização do negro da forma como ainda está posta na nossa sociedade remete a este momento histórico, no entanto eles continuam aqui escravos das discriminações, dos preconceitos dos estigmas e das mazelas sociais que perduram até os dias atuais no Brasil. De acordo com Nascimento (1978, p. 82-83),

As feridas da discriminação racial se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade social do país. [...] A realidade dos afro-brasileiros é aquela de suportar uma tão efetiva discriminação que, mesmo onde constituem a maioria da população, existem como mino-

ria econômica, cultural e nos negócios políticos.

Trazer esta discussão para os/as juventudes negras que vivem nas periferias urbanas significam trazer à tona aquela quadra histórica, pois esses jovens não obstante as transformações ocorridas na sociedade continuam sendo as maiores vítimas do preconceito, estigma e discriminação em virtude da cor da pele e que se traduzem na forma de violência.

Não obstante os inúmeros movimentos que se manifestam pelas afirmações identitárias, que proclamam “[...] o orgulho de ser negro, de ser homossexual, de ser mulher, de ser indígena, entre outros, denunciam ainda a existência de preconceito, discriminação e exclusão nas várias esferas da sociedade” São esses movimentos que preenchem as pautas da reflexão sócio-anropológica, ou seja, marchas e declarações que colocam de lado a presença da inquietante violência nas relações sociais. (BANDEIRA e BATISTA, 2002, p. 125)

Os bairros periféricos onde residem os jovens negros de acordo com Tella (2008, p. 153 -154) resulta “[...] de políticas públicas de segregação espacial, imposta pelos setores dominantes da sociedade”, e tem o objetivo de:

(1) Distanciar, além dos setores mais pobres, grande parte da população negra, com a intenção de evitar contato social. Os grupos confinados nos locais mais distantes e com pouca infraestrutura têm minimizado o acesso a lugares e equipamentos sociais, culturais, esportivos, etc. que a cidade disponibiliza, o que aconteceu sem o apoio de uma legislação urbanística segregacionista; (2) o controle econômico e político no interior do sistema social. A apartação espacial acarreta a desqualificação social dos grupos mais desprotegidos, limitando a circulação pela cidade, a sociabilidade com outras camadas sociais, reduzindo o acesso aos seus direitos de município. (TELLA, 2008, p. 153 -154).

Por outro lado, o termo “periferia” na visão de Guimarães (1997, p. 199), serve para,

[...] designar as áreas da periferia geográfica da cidade, mas também aquelas áreas que, em função da geografia da cidade, e das formas de ocupação do espaço, poderiam ser denominadas de “periferia social”, com referência às populações pobres que habitam favelas construídas em morros encravados em bairros centrais.

Embora dados estatísticos apontem ter ocorrido nos últimos anos, uma parca melhoria nas condições sociais da população negra no Brasil, esse grupo ainda contabiliza os mais baixos indicadores de escolaridade, habitam as regiões mais periféricas e degradadas das grandes e médias cidades, bem como ocupam no mercado de trabalho os mais baixos postos, ou seja, aqueles que exigem pouca ou nenhuma qualificação e desta forma percebem os salários mais baixos. O exemplo mais concreto desta situação centra-se primordialmente nas mulheres negras que exercem a função de empregada doméstica e de homens negros na construção civil. (TELLA, 2008).

Olhar pelas perspectivas acima mencionadas pode-se inferir que a juventude negra tem cor e são extremamente vitimadas/criminalizadas, pois corrobora com os dados publicados pela ONU (2018), ao trazer que “A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil. São 63 mortes por dia, que totalizam 23 mil vidas negras perdidas pela violência letal por ano, conforme destacado pela campanha “Vidas Negras”, lançada pelas Nações Unidas no país em novembro de 2017”. Nesta ocasião a representante da ONU Mulheres Brasil, Nadine Gusman, em entrevista ao programa Artigo 5º, da TV Justiça, salientou que,

Vinte e três mil assassinatos de jovens por ano é um escândalo. [...] Isso revela a permissividade com o racismo. O racismo se manifesta tanto nas relações pessoais quanto institucionais e termina na violência extrema que é o assassinato três vezes maior de jo-

vens negros. São índices alarmantes. Para o assassinato de jovens negros, não tem outra justificativa a não ser a incapacidade da sociedade brasileira de dar oportunidades para todo mundo e tratar todo mundo como igual. (UNU, 2018, s/p.).

Os homicídios de acordo com Waiselfisz (2014, p. 9) “[...] são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos”.

Os dados acima mencionados são corroborados por Cerqueira; *et al.*, (2017) Ao trazer que no Brasil, sete em cada dez pessoas assassinadas são negras, e se encontram na faixa etária de 15 a 29<sup>3</sup> anos, cinco pessoas são vítimas de violência a cada duas horas. Traz ainda que mulheres, jovens e negros de baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas no país. A população negra corresponde a maioria (78,9%) dos 10% dos sujeitos com mais chances de serem vítimas de homicídios. O documento denuncia que a cada 100 pessoas assassinadas, em 2017, 71 eram negras. Em sua grande maioria mulheres e jovens.

Discriminações, preconceitos e estigmas que estão associados à cor da pele e ao local de moradia evidencia que referidas construções sociais que propiciam para desqualificar e inferiorizar pessoas e grupos dominados. As menções estigmatizadas que são de relação conflituosa de poderes instáveis entre os que residem em áreas degradadas e periféricas e os grupos dominantes.

Diante de todos os conteúdos discutidos neste estudo torna-se importante frisar que, as fronteiras que apartam negros de brancos, seja nas esferas da moradia, da educação, da cultura, do mercado de trabalho ou da justiça, entre outros, resultam não apenas da discriminação que ocorreu no passado - herança do período da escravidão, mas de todo um processo frenético de preconceitos e estereótipos raciais que vão se legitimando diariamente em comportamentos discriminatórios.

## Definição de cultura e da cultura juvenil

*“A cultura está acima da diferença da condição social”. (Confúcio)*

Assim como a sociedade, o conceito de cultura tem passado por transformações em seu significado, no decorrer do tempo. Do cultivo da terra ao saber erudito, o conceito foi se aproximando à aceção de valores de um povo, de sua arte, de seu folclore, de suas crenças e religiões, das diversas formas de expressões e significados construídos, socialmente.

A definição da UNESCO para cultura é:

O conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças

Na própria Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, o Artigo 2º, da diversidade cultural ao pluralismo cultural, versa que as sociedades estão cada vez mais diversificadas sendo de extrema importância promover a interação harmoniosa e a vontade de viver em conjunto de pessoas e grupos com identidades culturais plurais, variadas e dinâmicas. As políticas que favorecem a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz. Assim, o pluralismo cultural constitui a resposta política à realidade da

<sup>3</sup> Essa definição de faixa é dada pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 - Estatuto da Juventude.

diversidade cultural. Intrinsecamente unidos, contexto democrático e pluralismo cultural, dessa forma é propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras que nutrem a vida pública.

Não obstante, a cultura compreende ainda, uma construção histórica, seja enquanto uma concepção, ou como uma dimensão do processo social, tendo em vista que cultura não é algo natural, não decorre de leis físicas ou biológicas, pelo contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana e a ela se aplica o conteúdo de cada cultura em particular, produto da história de cada sociedade, levando-se em conta que a cultura é também um território bem atual das lutas sociais para que os sujeitos sociais alcancem um destino mais promissor. Portanto, a cultura se relaciona à humanidade como um todo e concomitantemente, a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos. (SANTOS, 2006).

E interessante destacar a partir da análise acima mencionada que a cultura juvenil vai se caracterizando quando os jovens vão se apropriando da cultura mais ampla, interpretando-a e ressignificando-a em seus estilos e identidades próprios, relacionados as suas questões do cotidiano, do lazer. Nessa dinâmica de apropriação e de produção de cultura, os jovens desenvolvem seus códigos próprios, suas linguagens, suas expressões criativas e artísticas, revelando-se assim, como produtos e produtores de cultura, pela qual vão transformando suas realidades sociais.

A partir da proposta acima, a cultura juvenil não pode ser considerada em uma única versão, monolítica. Pensamos que devemos articular cultura juvenil aos determinismos sociais, como raça, gênero, sexualidades, geração e classe, atualmente muito bem representada pelos coletivos, por exemplo. No caso desse ensaio, como bem vimos, nosso foco é sobre a cultura juvenil periférica, pobre e negra.

Assim, as culturas são produzidas e se reproduzem por intermédio dos grupos sociais ao longo das suas trajetórias históricas, na criação de suas formas de persistir, na estruturação da vida social e política, nas suas formas de se relacionar com o meio em que vivem, e também com outros grupos, para a construção de outros conhecimentos, pois as diferenças entre culturas resulta da singularidade desses processos em cada grupo social.

## **As expressões da cultura juvenil na periferia: modos de ser e de viver**

*“Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério  
O jovem no Brasil nunca é levado a sério*

*[...] Eu sempre quis falar nunca tive chance  
E tudo que eu queria estava fora do meu alcance*

*[...] Eu sei como é difícil acreditar  
Mas essa porra um dia vai mudar*

*[...] A polícia diz que já causei muito distúrbio  
O repórter quer saber porque eu me drogo o que é que eu uso*

*[...] Revolução na sua vida você pode você faz  
Quem sabe mesmo é quem sabe mais*

*Revolução na sua mente você pode você faz” (Não é sério - Charlie Brown Jr.)*

A expressão cultura juvenil surge por volta da década de 50 e nas palavras de Abramo (1994, p. 27), surge como uma expressão genérica “que designa todo o universo comportamental juvenil e que é de alguma forma partilhada pelos diferentes setores e grupos que compõem a juventude.” Para Abramo (1994, p. 27), a denominação “culturas juvenis” é atravessada por algumas dificuldades, pois que, oculta as “condições sociais e experiências diversas” dos jovens, porém, compreende sua utilidade “como uma referência para designar um ‘campo de acontecimentos’ que permite focar aquelas manifestações que não aparecem necessariamente sob a forma de movimentos sociais”.

Na visão de Edgar Morin (1977, p. 137), referido autor alega que se trata de uma “cultura juvenil-adolescente,” pois essa se compõe parte de uma cultura de massa. Ressalta ainda que, “queremos essencialmente destacar, aqui, o nascimento e a formação de uma cultura adolescente no seio da cultura de massas, a partir de 1950”.

Ela participa da cultura de massas que é a do conjunto da sociedade e, ao mesmo tempo, procura diferenciar-se. Está economicamente integrada na indústria cultural capitalista, que funciona segundo a lei de mercado. E é, pois, um ramo de um sistema de produção-distribuição-consumo que funciona para toda a sociedade, levando a juventude a consumir produtos materiais e produtos espirituais, incentivando os valores da modernidade, felicidade, lazer, amor etc. Mas, por outro lado, sofre a influência da dissidência e da revolta, ou mesmo da recusa da sociedade de consumo (MORIN, 1997, p. 137).

O sociólogo Pais, (2003, p. 44), afirma que “[...] a juventude mostra-se como uma categoria *homogênea e heterogênea* ao mesmo tempo e, por isso, torna-se necessário observar as culturas juvenis sob diferentes ângulos, de modo que, em algumas vezes, a ênfase na análise é para as culturas de geração, em outras, para as culturas de classe, de sexo, de rua, etc.” (grifo do autor).

[...] é preciso considerar que os jovens são diferentes entre si a depender de sua classe social, sexo, cor/raça, mas são também sujeitos que vivem em um determinado contexto social, econômico e político: o início do século 21 em um país como o Brasil, por mais diversos que os jovens sejam entre si, vivendo e significando de múltiplas formas os fenômenos atuais, é inegável que todos vivem em um momento bastante singular, (CORROCHANO *et al.*, 2008, p. 9).

Diante das diversas áreas na Região Metropolitana de São Paulo, existem aquelas que são permeadas por uma urbanização precária e que contam com uma manifestação cultural atuante e de maneira independente bastante organizada e desenvolvida. Dentro dessas áreas por exemplo, têm-se aquela que se denomina de “Triângulo da Morte”, e está situado na região que compreende os distritos Jardim Ângela, Capão Redondo e Jardim São Luís, cuja denominação pejorativa refere-se ao alto índice de violência que avassala aqueles locais. É nesta parcela periférica, da cidade de São Paulo, depositária de carências, de infraestrutura urbana e equipamentos públicos, que se aglutinam práticas independentes de produção literária na busca de descrever o cotidiano da vida na periferia.

Todavia, existe uma grande gama de culturas juvenis, onde cada uma possui as suas particularidades e diferenças, ou seja, criam em nossa sociedade um verdadeiro mosaico cultural que representa as formas de ser, de se vestir, de falar, gostos musicais, das expressões que ostentam no próprio corpo como: tatuagens, *piercings*, brincos, cortes de cabelo, entre outros que dão um caráter às multifacetadas que estão no bojo dos mundos jovens, que já não se apresentam de forma homogênea e padronizada, mas revelam a beleza internalizada nessa categoria que é vista por meio de viés sociológico, todavia, essas práticas e bens se instituem de acordo com

o ambiente e da origem onde vivem e pela cultura na qual estão inseridos, bem como, a classe social que pertencem.

Diante disso, compreende-se que a expressão “cultura juvenil”, deve ser vista como uma construção social, e além do mais, como uma representação social, pois envolve um processo de desterritorialização, e desta forma representa a precariedade territorial, ou seja, a aniquilação de controle de referências simbólicas sobre/a partir de seus territórios, uma vez que todos os indivíduos não podem sobreviver sem território, por mais precário e temporário que ele seja. Desta forma, a desterritorialização nesta perspectiva, confunde-se, com a fragilização territorial e apropriação simbólico-cultural, num sentido mais estrito, vinculado à precarização territorial daqueles que perdem substancialmente os seus “controles” e/ou identidades territoriais, e assim, alguns jovens vão se situar nesta ou naquela representação social.

Na análise de Queiroz (2004, p. 15),

Os jovens contemporâneos vêm utilizando a música e outras manifestações culturais como forma predominante de expressar sua experiência geracional. É através destas manifestações que os jovens falam sobre a sociedade contemporânea e suas relações de poder, sobre suas perspectivas de vida e esperanças/desesperança de futuro.

Não obstante, importante ressaltar que as expressões culturais se manifestam também como uma forma de participação política dos jovens, pois o ingrediente que os aglutina na sua maioria são os jovens negros e pobres, sempre vistos na sociedade pelo viés de que eles produzem a exclusão social nas comunidades dos territórios que habitam. Todavia, destaca-se ainda que o traço da participação política desses jovens é o que vai estabelecer o recorte que essas manifestações culturais vão apresentar. Isso traduz “[...] o sentido da expressão repetida pelos jovens *hoppers* “periferia é periferia em qualquer lugar.” Estas expressões/representações culturais não estão presentes apenas nos seus atos discursivos, “[...] mas são fixadas como estilo de vida próprio destes jovens, destacando-se a forma de vestir, a musicalidade e atitudes que vão de encontro aos modelos convencionais de sua época”. (ALVES, 2013, p. 23).

Nas considerações de Abramo (1994), determinados grupos de jovens se incluíram em movimentos culturais que surgiram em São Paulo durante a primeira metade da década de 1980, ou seja, os jovens punks, bem como, aqueles que ficaram conhecidos pela designação *darks*, eles;

[...] se articularam em torno do “rock paulista” e que ficou sendo conhecido a partir de um batismo da imprensa, como *darks*. [...] Este grupo [...] foi formado fundamentalmente por estudantes que exibiam uma perspectiva sombria do futuro condensando assim o contraste com a postura utópica da geração universitária precedente. (ABRAMO, 1994, p. xiv).

Esses grupos criavam cenários associando falas com suas aparências carregadas de símbolos, e circulavam pelas ruas da cidade levando as sua musicalidade, colocando questões na busca de amearhar respostas, especialmente sobre a sua condição juvenil e ainda sobre a ordem social imposta e sobre o mundo na sua contemporaneidade, pois eles se produzem enquanto atributos e é, a partir disso que consiste sua atuação crítica. (ABRAMO, 1994).

Por outro lado “[...] os movimentos sociais destacam-se como agentes sociais fundamentais na criação de identidades de grupos, antes dispersos e desorganizados, e ao realizarem estas ações, “projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social”. (ALVES, 2013, p. 30). Enquanto um “movimento”, o *hip-hop* engloba certas formas de organização política,



cultural e social, que o caracteriza por sua ação social juvenil (ANDRADE, 1996, *apud* ALVES, 2013, p. 31). Nesta esteira, Rocha; et. al., (2001, p. 17-18) afirmam que “[...] Esse movimento social seria conduzido por uma ideologia de autovalorização da juventude de ascendência negra, por meio da recusa consciente de certos estigmas associados a essa juventude, imersa em uma situação de exclusão econômica, educacional e racial.”

O hip-hop expresso pelos jovens rappers costuma veicular, através da música, a construção de uma consciência política. Eles falam em nome de uma geração sem voz, periférica, estigmatizada. Nesse caso, a prática cultural do rap propicia a emergência de uma consciência social dos indivíduos em termos de diversas perspectivas, relacionadas a gênero, raça/etnia. (TAVARES, 2010, p. 312).

Portanto, o *hip-hop* evidencia a afirmação de uma identidade oprimida, pois são alvos de preconceito, como forma de protesto os jovens fazem uma visita ao passado para resgatar as raízes culturais como uma forma de fortalecer a luta pela mudança social. Encaram o processo de mudança enquanto uma tarefa histórica cujas conquistas resultam de uma transformação que se processa no mundo cultural e da ação política da sociedade organizada e, acontece como reação produzida pelos sujeitos que se põe aí como dissidentes em relação à sociedade. Essa dissidência é o ponto de partida da mudança. (ALVES, 2013).

Essa mudanças deve-se principalmente aos MC's, b. boys, grafiteiros e Dj's que são os protagonistas dessa ação, tendo em vistas que nas suas produções artísticas descrevem de forma bastante clara os modo de vida, o cotidiano onde moram ao denunciar a opressão, o preconceito racial e a violência, cujo objetivo é levar a sociedade rever seus conceitos sobre eles. Os atores convocam os jovens das periferias e comunidades onde residem para mudarem as visões, seus modos de vida, e também os conceitos sobre si mesmos e sobre os outros. Nessa perspectiva, vão construindo e elaborando outras formas de abrandar a ferocidade da vida no cotidiano na periferia.” (ALVES, 2013).

Portanto, as manifestações ou discursos que se opõem ao sistema espelha a consciência de que a problemática que envolve o social que não se circunscreve somente à favela, tendo em vista que vai mais além. Nas análises de Bourdieu (1997) na sua celebre obra intitulada “*A miséria do mundo*” ao tratar da questão sobre os “*efeitos do lugar*” ressalta que não obstante, tudo que se vê no campo são evidências que impressionam permeadas pelas mais dramáticas experiências e tem, ali mesmo a sua origem e que pode estar noutra lugar. Ressalta também que “Nada mostra melhor que os guetos americanos, esses lugares abandonados, que se definem, fundamentalmente, por uma ausência – essencialmente a do Estado, e de tudo o que disso decorre: a política, a escola, as instituições de saúde, as associações, etc.” (Grifo do autor)

O *hip-hop* significa a ação de um movimento social que persiste na luta para estabelecer e demarcar a ausência de políticas públicas que em virtude à falência das instituições públicas, deixam a desejar quanto ao atendimento primordial advindos das demandas locais. A criticidade está implícita na dimensão cultural e social que o constitui. A leitura do mundo e a construção da consciência juvenil na periferia, fornecem o sentido cultural e histórico, mas também político de sua ação. No *hip-hop*, o cultural tem uma força política com a capacidade de interferir na realidade social, constituindo-se, assim, o cerne da questão, se considerarmos que política, história e cultura produzem a vida para fugirem da lógica da exclusão social, promovida pelo sistema social opressor e segregacionista. (ALVES, 2013).

No Brasil, a cultura *hip-hop* teve seu início por volta dos anos 80, inspirada na segunda

geração do hip-hop americano. Fatores que contribuíram para sua assimilação foram as questões sociais, raciais e políticas que se tornaram a alma das expressões culturais no Brasil. É a identificação que o jovem periférico brasileiro, em grande parte de ascendência negra, faz entre o que se passava nos guetos americanos e a vida nas favelas brasileiras, que os aproxima desse movimento, como forma de superação dos constantes conflitos sociais.

O *Hip Hop* é um movimento cultural que despontou no Brasil especialmente na periferia da Capital -São Paulo e desenvolveu-se ao longo dos anos 80, porém a sua popularidade veio a ocorrer somente na década de 90. Na capital temos como o grande marco desse movimento a Estação São Bento do Metrô, no centro de São Paulo, considerada a origem e referência da cultura *Hip Hop* no Brasil.

Em seu solo de origem, a cultura hip-hop tinha como preocupação básica o desenvolvimento de atividades ligadas à construção de um espaço de lazer, mais especificamente, as festas, como solução alternativa aos confrontos físicos então presentes nos guetos americanos. No território brasileiro, conservou suas características originais, como a cultura de rua, embora tenha, sob a influência dos movimentos sociais, englobado questões próprias do contexto brasileiro, de ordem político-culturais e, cuja natureza ultrapassa o âmbito das questões relacionadas ao tempo livre e ao lazer nas periferias urbanas, adquirindo, desta maneira o sentido de um movimento social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: SEM FINALIZAR

*Eu caio e levanto*

*Sou guerreiro de fé*

*Se um momento tou no chão*

*No outro eu tô de pé (O Hip Hop -*

*Racionais MC's)*

Este *paper* buscou mostrar que nas periferias, não obstante a grande gama de dificuldades para a sobrevivência num mundo hostil sobreviver nessas condições requer ações complexas para enfrentar a realidade vivida principalmente pela juventude negra e pobre. Isso acarreta um permanente processo de reorganização de modos, especialmente para aqueles que manifestam desinteresse em escapar daquelas referências ou dos exemplos que não são saudáveis no cotidiano e na luta brutal para sobreviverem. Esses jovens, negros e periféricos, além de explorados, pagam um custo bastante alto por se mostrarem como são, seus modos de ser e viver e o que pensam. Se mostram livres, mas não o são. Assim, instituem uma maneira como se organizam socialmente para demonstrar uma forma de enfrentamento na medida em que reúnem seus estandartes de luta na marcha em direção ao confronto social, confronto com a polícia e o sistema social.

As atividades culturais, como música, poesia, artes corporais (dança) e plásticas (grafite) representa os meios por onde manifestam a leitura desse confronto. No entanto passam por alguns dissabores tendo em vista que as suas bandas são acometidas pelos impactos da vida cotidiana, onde vivenciam um processo constante de reorganização pela entrada e saída de no-

vos membros no grupo.

O território de luta é o espaço da descontração das comunidades periféricas, composta invariavelmente por vielas e becos, locais que permitem a possibilidade de se manifestarem, emitir suas opiniões, de ser sentido ou melhor, sentindo para ser. É nesse contexto e, em constante contato com seus iguais (o grupo) que oportuniza a qualquer jovem sentir e viver a incommon oportunidade da livre-expressão por intermédio da arte, não obstante o olhar severo do sistema social e, sobretudo, de seu representante repressor; a polícia e ainda ter que enfrentar o preconceito daqueles que não se convencem da condição sociocultural imposta pelo sistema social.

O cotidiano das periferias onde estão situadas as comunidades onde os jovens deste estudo habitam, pode ser considerado por muitos hostil e feio, mas não é infértil. Das suas vielas malcheirosas, com bastante força uma cultura incontestável, permeada pela rebeldia, que transformou-se em movimento social, pois o hip-hop tem como objetivo a busca para a afirmação política na luta pelas minorias raciais, pelo direito de se consolidar como de fato são, ou seja, diferentes, mas não, inferiores. O hip-hop se encontra nesses lugares considerados feios das periferias, mas são lugares que se alastram [...] em músicas, bandas, bailes, códigos de comportamento, gírias e sinais”. (ALVES, 2013, p. 44). Desta forma, o movimento hip hop pode ser descrito como uma atuação social engendrada pelos jovens pobres, em especial pelos negros.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta/Anpocs, 1994.

ALVES, Adjair. *Cultura juvenil e visibilidade*. Revista Diálogos – N.º 10 – Novembro 2013.

BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Anália Soria. *Preconceito e discriminação como expressões de violência*. Estudos Feministas, Ano 10, 1º Semestre 2002.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento*. (Tradução Floriano de Souza Fernandes). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. (Coordenador) *A miséria do mundo*. Vários tradutores. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CARRANO, Paulo César. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis: Vozes, 2003.

CORROCHANO, Maria Carla; FERREIRA, Maria Inês Caetano; FREITAS, Maria Virgínia de; SOUZA, Raquel. *Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Ação Educativa, Instituto Ibi, 2008.

CASTEL, Robert. *As transformações da questão social*. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiori; BÓGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, 2000a.

\_\_\_\_\_. *As armadilhas da exclusão*. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiori; BÓGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita. *Desigualdade e questão social*. São Paulo: Educ, 2000b.

DAYRELL, Juarez. *O rap e o funk na socialização da juventude*. In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo,

v.28, nº1, p.117-136, jan./jun. 2002.

\_\_\_\_\_. Juventude, grupos culturais e sociabilidade: comunicação, solidariedade democracia. *Jovens: Revista de Estudos sobre Juventud*. México, DF: ano 9, nº 22, p. 314-331, jan-jul, p. 314-331, 2005.

\_\_\_\_\_; CARRANO, Paulo César. *Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo*. Disponível em: [http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/JOVENS\\_BRASIL\\_MEXICO.pdf](http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/JOVENS_BRASIL_MEXICO.pdf) Acesso em: 16/jul./2019.

CERQUEIRA, Daniel; et. al., *Atlas da Violência 2017*. Ipea e FBSP. Rio de Janeiro, junho de 2017. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf) Acesso em: 25/jul./2019.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE DIVERSIDADE CULTURAL Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127160> Acesso em 17/jul./2019.

DURHAM, Eunice Ribeiro. *A sociedade vista da periferia*. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_01/rbcs01\\_07.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_01/rbcs01_07.htm) Acesso em 18/jul./2019.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução, Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESPINHEIRA, Gey. Prelúdio – por uma ciência social engajada. Uma prática de intervenção: conhecimento de causa e a causa do conhecimento. In: *Disseminação do medo. Sociedade do Medo*. In: ESPINHEIRA, Gey. (Org.). *Teoria e método da análise sociológica em bairros populares de Salvador: juventude, pobreza e violência*. Salvador: EDUFBA, 2008a). p. 13-27.

\_\_\_\_\_. Introdução. *Disseminação do medo*. In: ESPINHEIRA, Gey. (Org.). *Sociedade do Medo. Teoria e método da análise sociológica em bairros populares de Salvador: juventude, pobreza e violência*. Salvador: EDUFBA, 2008b). p. 29-50.

\_\_\_\_\_. Interlúdio – Overdose de cultura e o compromisso da sociologia contemporânea. In: ESPINHEIRA, Gey. (Org.). *Sociedade do Medo. Teoria e método da análise sociológica em bairros populares de Salvador: juventude, pobreza e violência*. Salvador: EDUFBA, 2008c). p. 51-97.

GERMANO, André Luiz do Nascimento; BARATA, Paulo Henrique Araújo. *A metodologia de Milton Santos no estudo da Geografia urbana: a periferia carioca como exemplo*. Capa > Khóra: *Revista Transdisciplinar*. v. 4, n. 5 (2017). Disponível em: <http://site.feuc.br/khóra/index.php/vol/article/view/106> Acesso em 17/jul./2019.

GUIMARÃES, Eloísa. *Juventude(s) e periferia(s) urbanas*. *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago 1997 N ° 5 Set/Out/Nov/Dez. 1997 N ° 6.

GROPPO, Luís Antônio. *Juventude: ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

IAMMOTO, Marília Villela. *A questão social no capitalismo*. *Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Ano. 2 n.3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafiline, 2001.

IVO, Anete B. L. *A periferia em debate: questões teóricas e de pesquisa*. In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 9-15, Jan./Abr. 2010.

MARQUES, Eduardo. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo. (Orgs.). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Editora Senac, 2005.

MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. São Paulo: Vozes, 2002.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. Tradução: Angelina Teixeira Peralva. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 1997 N° 5 Set/Out/Nov/Dez 1997 N° 6.

MORIN, Edgar. Cultura de massas no século XX. O espírito do tempo II: neurose. Colaboração de Irene Nahoum. Trad. de Agenor Soares Santos. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1997.

MOURA, Clovis. História do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1992.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro no Brasil: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2 n.3 (jan./jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafiline, 2001.

NOVAES, Regina; VITAL, Christina. A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. In: TOMPSON, A. Associando-se à juventude para construir o futuro. São Paulo: Peirópolis, 2006.

ONU – Organização das Nações Unidas – Brasil. ONU Mulheres chama de ‘escândalo’ morte de 23 mil jovens negros por ano no Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-mulheres-chama-de-escandalo-morte-de-23-mil-jovens-negros-por-ano-no-brasil/> Acesso em: 25/jul./2019.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. In: Análise Social, vol. XXV (105-106), 1990 (1.º, 2.º), 139-165.

\_\_\_\_\_. Culturas juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.

PASTORINI, Alejandra. A categoria “questão social” em debate. São Paulo: Cortez, 2004.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 1997 N° 5 Set/Out/Nov/Dez, 1997 N° 6.

QUEIROZ, Tereza Correia da N. Culturas juvenis, contestação social e cidadania: a voz ativa do hip hop”. In. ALVIM, Rosilene; et. al., (Orgs.). (Re)construções da juventude: cultura e representações contemporâneas. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2004.

ROCHA, Janaina; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. Hip-hop: a periferia grita. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos: 110)

SANTOS, Elisângela Silva dos. A cultura da violência na vida cotidiana de um bairro periférico: circunstâncias e possibilidades. In: ESPINHEIRA, Gey. (Org.). Sociedade do Medo. Teoria e método da análise sociológica em bairros populares de Salvador: juventude, pobreza e violência. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 139-152.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*. São Paulo: USP, nº 5(1-2), 1993 p. 161-178 – Editado em novembro de 1994.

TAVARES, Breitner. Geração hip-hop e a construção do imaginário na periferia do Distrito Federal. *Revista Sociedade e Estado* - Volume 25 Número 2 Maio / Agosto 2010.

TELLA, Marco Aurélio Paz. Estigmas e desqualificação social dos negros em São Paulo e Lisboa. *Ponto-e-vírgula*, 3: 152-169, 2008.

TORRES, Haroldo. A fronteira paulistana. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. (Orgs.). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Editora Senac, 2005.

UNESCO. Políticas de/para/com juventudes. Brasília: Unesco, Flacso Brasil. 2004.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. Mapa da Violência 2014. Os jovens no Brasil. Rio de Janeiro: 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Ano. 2 n.3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafiline, 2001.